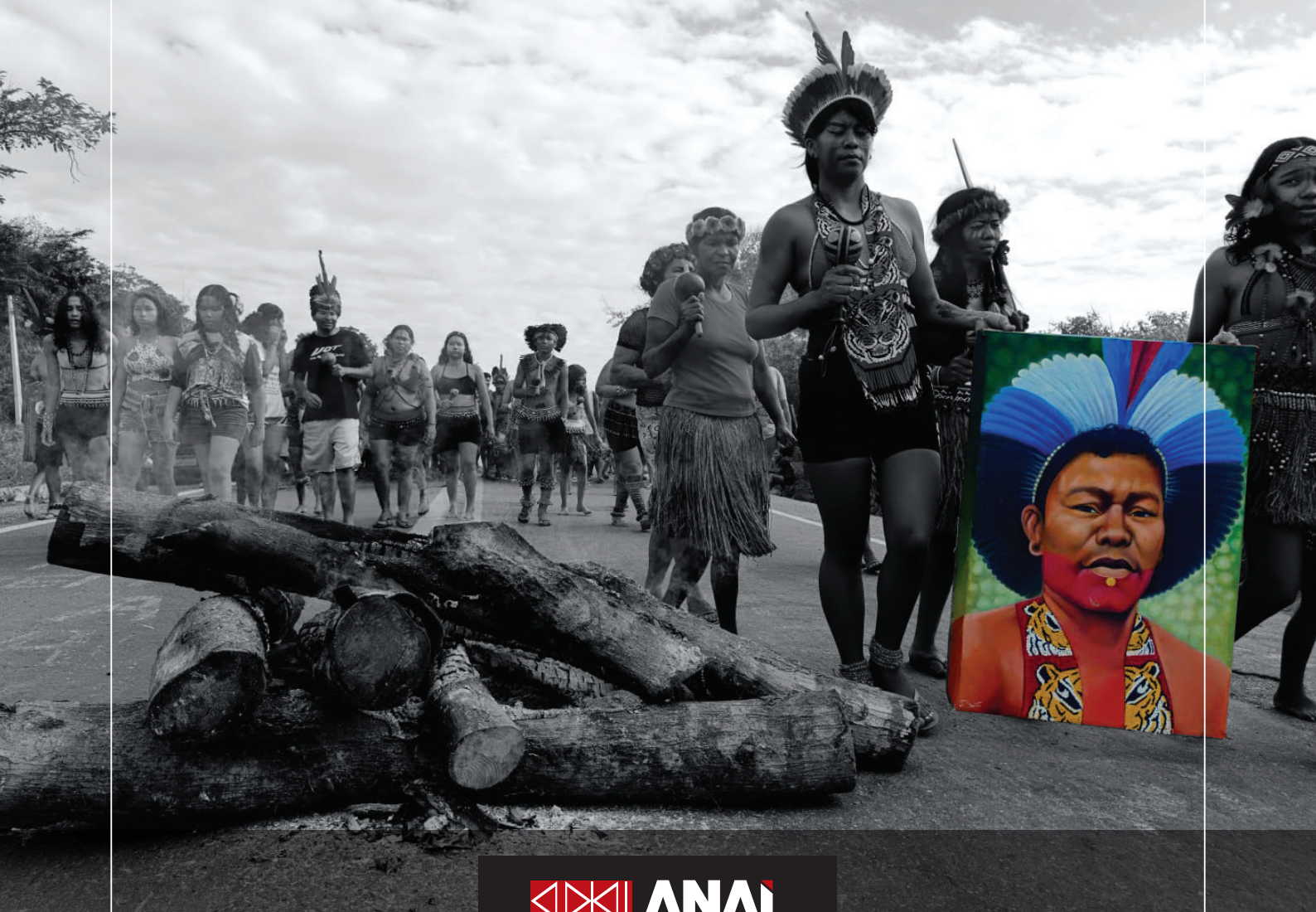


# Nota da Anai sobre Prisão do Cacique Suruí e Bloqueio Pataxó da BR-101





Entre os dias 7 e 8 de julho os Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal e da Terra Indígena Comexatibá realizaram bloqueio da rodovia BR-101, junto ao limite do primeiro destes territórios. Durante as 36 horas da paralisação, a estrada converteu-se em espaço de ritual e de manifestação dos indígenas. A faísca que provocou o protesto foi a prisão, no dia 2 de julho, do cacique Suruí, liderança da luta pelos direitos territoriais do seu povo e presidente do Conselho de Caciques da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal.

O cacique Suruí foi preso dentro do seu próprio território pela Força Nacional - corpo de segurança pública do governo federal -, enviada à região no contexto dos graves conflitos enfrentados pelos indígenas dentro de suas Terras. Requerida e aguardada com grande expectativa pelos Pataxó, a chegada da Força Nacional ocorreu em abril último, trazendo com ela a esperança de uma atuação de fato imparcial do Estado diante das violências sofridas pelos indígenas por

parte de fazendeiros, pistoleiros, milícias e crime organizado.

O líder preso pela Força Nacional tem denunciado constantes ameaças e ataques perpetrados dentro da sua própria aldeia - com perseguições e mesmo tentativas de homicídio contra ele -, de modo que já não podia mais transitar livremente no território do seu próprio povo nem se sentir seguro em sua própria casa. Devido a essa situação e à sua atuação em prol dos direitos territoriais do povo Pataxó, o cacique Suruí é atendido pelo Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos. A Força Nacional alega ter encontrado durante uma ronda supostamente de rotina, no veículo em que Suruí trafegava, armas e munição, o que teria motivado a sua prisão, junto com outros três indígenas adolescentes que com ele estavam e que foram soltos no mesmo dia.

Segundo o Conselho de Caciques Pataxó da TI Barra Velha do Monte Pascoal, a prisão do cacique Suruí tem caráter político e busca

reprimir o movimento de luta territorial dos indígenas. Em uma sua postagem nas redes sociais, o Conselho enfatiza que, ao mesmo tempo em que o presidente dessa cúpula de lideranças “segue preso injustamente - (...) os grileiros e invasores seguem livres e impunes.” E ressalta que “além de Suruí, diversas lideranças sofrem ameaças contra suas vidas por conta da luta pelo território, havendo diversas mortes de indígenas nos últimos anos sem solução e sem o devido encaminhamento legal. Diversas denúncias foram feitas pelas lideranças, porém o Estado brasileiro segue sem dar solução aos conflitos e inflamando as violências.”

A prisão do cacique Suruí é entendida pelos indígenas como mais uma forma de violência do Estado contra o povo Pataxó, e como expressão de sua incapacidade de lidar com os conflitos históricos que se abatem sobre este povo desde a chegada dos colonizadores europeus à simbólica região de Porto Seguro e do Monte Pascoal. O capítulo mais recente desse embate tem início na década de 1940, com os estudos e, em seguida, a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1961, sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos Pataxó. Nesse contexto, no ano de 1951, os indígenas foram massacrados e dispersados de sua “aldeia mãe” de Barra Velha por forças do Estado, que até hoje não lhes pediu desculpas por seus atos nem buscou para eles quaisquer formas de reparação.

No contexto atual, os Pataxó lutam pela conclusão do processo de demarcação de suas Terras na região do Monte Pascoal, um processo que se arrasta há décadas. A Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal aguarda apenas assinatura de Portaria Declaratória de posse permanente indígena, pelo Ministro da Justiça, e respectivo decreto de homologação de sua demarcação, pelo presidente da República. Segundo nota jurídica do Ministério Público Federal, não há obstáculos técnicos ou legais para a conclusão da demarcação, de modo que a protelação do processo deve ser entendida como de caráter puramente político. Enquanto isso, os Pataxó tentam retornar às

suas terras por conta própria, enfrentando as milícias dos grileiros, cada vez mais armadas e conectadas com outras instâncias do crime organizado. Somente no ano de 2025, dois indígenas foram executados no contexto de sua luta pelo território, somando-se isto a outros três assassinatos ocorridos desde 2022.

“O povo Pataxó pede socorro”, “Demarcação já”, “Liberdade ao nosso cacique Suruí”, clamavam os cartazes durante o último dos manifestos na BR-101, que têm ocorrido sempre que os Pataxó precisam se mobilizar para que suas vozes sejam ouvidas. O Estado segue calado e omissivo diante desses clamores, sem exercer seu poder de Justiça para com um povo com quem tem uma dívida mais que histórica. Não age nem demarcando as Terras, nem julgando os assassinos dos indígenas, nem responsabilizando veículos da mídia regional que insistem em difamar os Pataxó e sua legítima luta por suas Terras. No dia 20 de março deste ano, várias aldeias dos Pataxó foram atacadas por uma ação conjunta das polícias militar e civil da Bahia, na chamada “Operação Pacificar”, perpetrada com requintes de violência e grandes expressões de racismo contra os indígenas.

A vinda da Força Nacional para a região trazia a expectativa de uma atuação diferente, mas acabou frustrando mais uma vez a confiança dos indígenas.






---

**Nós da Anai nos juntamos ao clamor do povo Pataxó e reafirmamos aqui, mais uma vez, nosso compromisso e nossa adesão incondicional à sua luta e à defesa dos seus direitos, sempre no sentido da construção de uma nação mais justa, mais autêntica, mais respeitosa e mais soberana para todos nós!**

---



 **ANAI**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA

 [anai\\_associacaoindigenista](https://www.instagram.com/anai_associacaoindigenista)  
 [anai.indigenista](https://www.facebook.com/anai.indigenista)  
 [anaind.org.br](https://www.anaind.org.br)